



M0392002N

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Concurso Público - Edital nº 02/2016 - Nível Superior Manhã

AUDITOR FISCAL

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Instruções

1. Na sua Folha de Respostas, confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação da prova é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica **transparente** de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser realizado da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site da AOCP – www.aocp.com.br – no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Composição do Caderno de Questões

Língua Portuguesa	01 a 02
Matemática	03 a 04
Estatística	05 a 06
Informática	07 a 08
Ética do Servidor Público	09 a 10
Auditoria	11 a 15
Contabilidade	16 a 24
Direito	25 a 50



JUIZ DE FORA
P R E F E I T U R A


AOCP
CONCURSOS PÚBLICOS

------(destaque aqui)-----

Gabarito Rascunho
Prefeitura de Juiz de Fora

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Resp.																										

Questão	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
Resp.																										

**QUESTÃO 01**

Assinale a alternativa em que a grafia de todas as palavras está de acordo com a ortografia oficial e com as regras de acentuação gráfica das palavras da Língua Portuguesa.

- (A) Por psicopatologia compreende-se o ramo da psiquiatria que estuda as causas e a natureza das doenças mentais, ou seja, psicopatológicas.
- (B) Por psicopatologia compreende-se o ramo da psiquiatria que estuda as causas e a natureza das doenças mentais, ou seja, psicopatológicas.
- (C) Por psicopatologia compreende-se o ramo da psiquiatria que estuda as causas e a natureza das doenças mentais, ou seja, psicopatológicas.
- (D) Por psicopatologia compreende-se o ramo da psiquiatria que estuda as causas e a natureza das doenças mentais, ou seja, psicopatológicas.
- (E) Por psicopatologia compreende-se o ramo da psiquiatria que estuda as causas e a natureza das doenças mentais, ou seja, psicopatológicas.

QUESTÃO 02

Em relação ao excerto “A fonte fornece bastante água à população desta cidade” é correto afirmar que

- (A) trata-se de um período composto por oração principal e oração subordinada objetiva direta.
- (B) a palavra “desta” possui função anafórica na frase em questão.
- (C) as palavras “fonte” e “bastante” possuem encontro consonantal.
- (D) trata-se de um período simples com verbo transitivo direto, objeto direto e complemento nominal.
- (E) o verbo é transitivo direto e indireto e o sujeito da oração é composto.

QUESTÃO 03

Um apicultor possui 400 colmeias na sua propriedade agrícola, sendo que 40 dessas colmeias foram dedetizadas com os venenos A e B, só 200 foram dedetizadas com o veneno A e exatamente 130 colmeias foram dedetizadas com o veneno B. Dessa forma, o total de colmeias que ainda NÃO foram dedetizadas nem com o veneno A e nem com o veneno B é igual a

- (A) 110.
- (B) 180.
- (C) 20.
- (D) 11.
- (E) 300.

QUESTÃO 04

Um agrônomo realizou um estudo científico a respeito da infestação de uma determinada praga em três tipos de culturas diferentes, A, B e C, todas com a mesma área de cultivo. Nesse estudo, o agrônomo determinou que $\frac{6}{11}$ da área cultivada da cultura A, $\frac{2}{3}$ da área cultivada da cultura B e $\frac{4}{7}$ da área cultivada da cultura C estão infestadas pela praga em estudo. Pela análise dessas informações, é correto afirmar que

- (A) a cultura do tipo A é a que possui a maior área cultivada com infestação da praga.
- (B) a cultura do tipo B é a que possui a menor área cultivada com infestação da praga.
- (C) a cultura do tipo B é a que possui a maior área cultivada com infestação da praga.
- (D) a cultura do tipo C é a que possui a menor área cultivada com infestação da praga.
- (E) a cultura do tipo C é a que possui a maior área cultivada com infestação da praga.



QUESTÃO 05

Seja a situação na qual se sabe que a atividade X e o fenômeno Y são correlacionados e, então, afirma-se que, a cada unidade monetária (R\$ 1,00) investida na atividade X, obtém-se de retorno dez unidades monetárias (R\$ 10,00) como resultado do desenvolvimento do fenômeno medido por Y. Assim, pode-se concluir que o modelo ajustado aos dados desse relacionamento e no qual se fundamenta a afirmação é

- (A) $Y = 3 + 5X$.
- (B) $Y = 2 + 8X$.
- (C) $Y = 50 + 0,5X$.
- (D) $Y = 10 + X$.
- (E) $Y = 10 + 5X$.

QUESTÃO 06

No teste da hipótese de que a variância de uma população é igual ao valor fixo σ_0^2 ,

ou seja, $H_0: \sigma^2 = \sigma_0^2$, usa-se a estatística

$$\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{\sigma_0^2} = \frac{(n-1)s^2}{\sigma_0^2} \text{ em que } s^2 \text{ é a estimativa}$$

da variância calculada com base em uma

amostra composta por n observações.

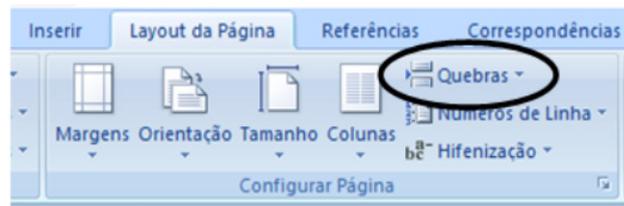
Essa estatística possui uma distribuição qui-quadrado com certo número de graus de liberdade. Foi aplicado um teste para a hipótese citada em uma amostra com 15 observações. Então, é correto afirmar que a esperança matemática (média) e a variância de uma variável aleatória com a distribuição descrita são, respectivamente,

- (A) 15 e 30.
- (B) μ e σ^2 .
- (C) μ e σ .
- (D) 14 e 28.
- (E) 30 e 15.



QUESTÃO 07

Considerando o MS-Word 2010, versão português em sua instalação padrão, no menu “Layout da Página” existe a opção “Quebras”, que possibilita algumas configurações de quebras de



- (A) linha e coluna.
- (B) cabeçalho e rodapé.
- (C) linha e parágrafo.
- (D) página e seção.
- (E) imagens e sons.

QUESTÃO 08

Considerando o MS-Excel 2010, versão português em sua instalação padrão, e a planilha a seguir, ao clicar na célula A5 e inserir a fórmula a seguir, pressionando a tecla <Enter>, será exibido como resultado:

$=SE(A1+B5>B2^2;CONT.SE(D1:D5;"<50");A1+A4*C2)$

	A	B	C	D	E	F
1	10	20	30	40		
2	1	2	3	4		
3	0	5	10	15		
4	2	4	6	8		
5						
6						

- (A) 0.
- (B) 4.
- (C) 15.
- (D) 36.
- (E) 74.

**QUESTÃO 09**

De acordo com os preceitos norteadores do exercício de função pública, pelo servidor público, assinale a alternativa correta.

- (A) As atividades dos servidores devem pautar-se no atendimento justo e parcial aos cidadãos, de acordo com as necessidades do administrado, oferecendo-lhes um trato diferenciado.
- (B) O administrador, no exercício de sua atividade, deverá observar o cumprimento estrito da legalidade, desconsiderando aspectos morais incidentes, tendo em vista que a moralidade não consiste em pressuposto de validade do ato da administração pública.
- (C) A conduta do servidor que atenta contra os princípios da administração pública, e qualquer ação ou omissão que viole os deveres da honestidade, incorre em ato de improbidade, passível de punição legal.
- (D) O exercício da atividade do servidor deverá pautar-se pela máxima eficiência, buscando os resultados mais favoráveis, sem preocupar-se pela persecução do bem comum.
- (E) A busca pela otimização dos resultados para o Estado, segundo o princípio da eficiência, desonera o servidor da prestação da atividade administrativa pautada na qualidade.

QUESTÃO 10

Em relação às responsabilidades, o Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta do Município de Juiz de Fora determina que

- (A) ao servidor que incorrer em crime contra a administração pública aplicar-se-á penalidade de suspensão.
- (B) o servidor, que exercer irregularmente suas atribuições, responderá exclusivamente nas esferas civil e administrativa.
- (C) as sanções civis, penais e administrativas são independentes entre si, não podendo cumular-se.
- (D) no caso de absolvição criminal do servidor, por ausência de comprovação do fato ou de sua autoria, não será afastada a responsabilidade administrativa a ele inferida.
- (E) a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

**QUESTÃO 11**

Em uma empresa auditada, foram encontrados alguns fatos contábeis, dos quais o auditor independente julga importante e fundamental ressaltar e/ou chamar a atenção dos usuários das demonstrações contábeis. Nesse caso, assinale a alternativa que apresenta corretamente qual parecer deve ser emitido pelo auditor independente.

- (A) Outros assuntos.
- (B) Adverso.
- (C) Riscos de auditoria.
- (D) Com ressalvas.
- (E) Parágrafo de ênfase.

QUESTÃO 12

As técnicas ou métodos utilizados no planejamento e, na sequência, na execução da auditoria tem como finalidade obter provas suficientes para avaliar se os procedimentos realizados pelas empresas estão concernentes à legislação fiscal, trabalhista e às normas e regulamentos definidos pelas organizações. Sendo assim, assinale a alternativa em que todos os itens são considerados técnicas ou métodos utilizados no planejamento de auditoria.

- (A) Emissão de relatórios e investigações minuciosas.
- (B) Comparativas e emissão de relatórios.
- (C) Exame dos documentos originais e análise comparativa.
- (D) Circularização e análise comparativa.
- (E) Conferência de somas e cálculos e avaliação do controle interno.

QUESTÃO 13

Um auditor independente, durante a execução dos seus serviços em uma empresa auditada, encontrou vários fatos contábeis errôneos, os quais o auditor independente julgou importante, mas não relevantes e foram, acompanhado pela equipe de auditoria, ajustados pela empresa auditada. Nesse caso, o auditor independente deverá emitir qual tipo de relatório de opinião?

- (A) Sem ressalva.
- (B) Adverso.
- (C) Outros assuntos.
- (D) Com ressalvas.
- (E) Parágrafo de ênfase.

QUESTÃO 14

A análise sobre o risco de auditoria deve ser realizada pelo auditor independente já na fase de aplicação do questionário de controle interno e, principalmente, na fase do planejamento dos trabalhos de auditoria a serem executados. A possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião inadequada sobre as demonstrações contábeis com base nos testes substantivos aplicados na empresa é denominada

- (A) Risco de controle.
- (B) Risco de detecção.
- (C) Risco inerente.
- (D) Risco de auditoria.
- (E) Risco sistêmico.

QUESTÃO 15

Os órgãos relacionados com a auditoria têm como função auxiliar o auditor na execução dos seus serviços, servindo, por exemplo, de direcionadores a serem seguidos, com o objetivo de facilitar, padronizar e oferecer maior segurança sobre os serviços prestados. Analise as alternativas a seguir e assinale a que apresenta corretamente os órgãos relacionados com a auditoria independente.

- (A) Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Fiscalização.
- (B) Comissão de Valores Mobiliários e Tribunal de Contas da União.
- (C) Conselho Federal de Contabilidade, Conselho Regional de Contabilidade e Banco Central.
- (D) Tribunal de Contas e Banco Central.
- (E) CPC e Tribunal de Contas.

CONTABILIDADE**QUESTÃO 16**

A Contabilidade adota o Método das Partidas Dobradas para registrar suas operações, no qual em sua essência, o registro de qualquer operação implica que um débito em uma ou mais contas deve corresponder a um crédito equivalente, em uma ou mais contas, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados, ou seja, não há débito sem crédito correspondente. Com base no exposto, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos.
- (B) A soma das despesas (débito) é sempre igual à soma das receitas (crédito).
- (C) A soma dos saldos devedores é sempre igual à soma dos saldos credores.
- (D) O total do Ativo será igual à soma do Passivo com o Patrimônio Líquido.
- (E) A um débito ou a mais de um débito, em uma ou mais contas, deve corresponder um crédito equivalente em uma ou mais contas.

QUESTÃO 17

O estoque é um dos ativos mais importantes de uma empresa, principalmente se ela for do ramo comercial e/ou industrial, tendo em vista que faz parte do seu negócio principal, ou seja, é envolvido em sua atividade que gera resultados. Sobre os estoques, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O adiantamento a fornecedores não gera débito nos estoques, porque eles ainda não chegaram à empresa. Apenas o pagamento foi antecipado.
- II. As vendas geram, contabilmente, crédito na conta de estoques e débito na conta CMV e/ou CPV.
- III. No inventário permanente, quando o critério de avaliação for o custo médio, apenas as compras podem modificar o custo do produto e/ou mercadoria.
- IV. As compras geram, contabilmente, somente crédito na conta de estoque.

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

O balanço patrimonial de uma entidade é um relatório contábil que evidencia

- (A) receitas obtidas durante um certo período.
- (B) despesas financeiras e de capital da empresa em um determinado período.
- (C) resultados acumulados desde o início da operação da empresa.
- (D) valores dos bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido em determinada data.
- (E) lucros obtidos durante certo período.

QUESTÃO 19

O lucro bruto apresentado na Demonstração do Resultado de uma empresa comercial decorre da diferença entre

- (A) receita líquida de vendas e despesas operacionais.
- (B) receita bruta de vendas e deduções da receita bruta.
- (C) receita líquida de vendas e custo das mercadorias vendidas.
- (D) receita bruta de vendas e despesas operacionais.
- (E) receita bruta de vendas e despesas financeiras.

QUESTÃO 20

De acordo com os princípios contábeis, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o princípio da competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que, efetivamente, ocorrerem os recebimentos e/ou pagamentos respectivos.
- (B) Existe um princípio contábil chamado de "Atualização Monetária" que reconhece que a atualização monetária busca atualizar o valor de mercado e não o valor original, por isso não se trata de uma correção, mas apenas uma atualização dos valores.
- (C) Para obedecer ao princípio contábil da prudência, quando houver duas ou mais hipóteses de realização possível de um item, deve ser utilizada aquela que representar um valor maior para o ativo e um menor para o passivo.
- (D) Pelo princípio da continuidade, a entidade deverá existir durante o prazo estipulado em contrato social e terá seu Patrimônio Líquido contabilizado a Custo Histórico.
- (E) O princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos de maneira tempestiva, no momento em que o fato ocorra, com integralidade, pelo seu valor completo.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa que apresenta o fato contábil de um pagamento antecipado de um passivo com desconto obtido de 5%.

- (A) Fato misto aumentativo.
- (B) Fato econômico aumentativo.
- (C) Fato administrativo aumentativo.
- (D) Fato permutativo aumentativo.
- (E) Fato misto diminutivo.

QUESTÃO 22

Sobre a constituição de provisão para devedores duvidosos, ou para créditos de liquidação duvidosa, assinale a alternativa correta.

- (A) Diminui o ativo e o patrimônio líquido.
- (B) Aumenta o ativo e o patrimônio líquido.
- (C) Diminui o ativo e o passivo.
- (D) Aumenta o passivo e diminui o patrimônio líquido.
- (E) Aumenta o passivo e o patrimônio líquido.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa que representa corretamente as técnicas que a contabilidade utiliza para alcançar seus objetivos.

- (A) Escrituração, planejamento, coordenação e controle do patrimônio.
- (B) Escrituração, balanços, inventários de estoques e controle do patrimônio.
- (C) Controle do patrimônio, auditoria, planejamento e orçamentos.
- (D) Auditoria, escrituração, demonstrações contábeis e análises das demonstrações contábeis.
- (E) Contabilização, auditoria, planejamento e controle do patrimônio.

QUESTÃO 24

São características de um Ativo Imobilizado:

- (A) de propriedade da empresa, não ter substância econômica e poder gerar benefícios econômicos futuros.
- (B) tangível, ter substância econômica e poder gerar benefícios futuros.
- (C) Intangível, ter substância econômica e vida útil superior a um ano.
- (D) tangível, poder ou não gerar benefícios econômicos futuros e ter vida útil não superior a um ano.
- (E) destinado ao negócio da empresa, ter vida útil superior a um ano e não gerar benefícios econômicos futuros.



QUESTÃO 25

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A isenção é uma forma de exclusão do crédito tributário que se traduz pela retirada, por lei, de uma parcela da hipótese de incidência do tributo.
- (B) A prescrição, no Direito Tributário, extingue não somente o direito de ação da Fazenda Pública para cobrar o crédito tributário não pago, mas também a própria relação jurídico-tributária existente entre as partes, ou seja, o crédito tributário em si.
- (C) O depósito do montante integral do crédito tributário consiste em forma de extinção do próprio crédito tributário.
- (D) Anistia é a exclusão do crédito tributário relativo às penalidades pecuniárias, não se aplica aos crimes e contravenções e deve ser concedida antes da constituição do crédito tributário.
- (E) A liminar obtida em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.

QUESTÃO 26

Em relação às taxas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Somente podem subsistir as chamadas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia.
- (B) A especificidade e a divisibilidade são princípios informadores das taxas de serviço.
- (C) As taxas devem ser criadas por lei em sentido estrito.
- (D) A taxa é uma espécie de tributo vinculado a uma atuação estatal.
- (E) Podem subsistir taxas pelo uso de bem público.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta.

- (A) Ao fato gerador, é aplicada a legislação vigente à época do lançamento.
- (B) A cobrança do tributo é uma atividade administrativa discricionária.
- (C) Ao fato gerador, é aplicada a legislação vigente à época de sua ocorrência.
- (D) As taxas e contribuições de melhoria são tributos não vinculados a uma atuação estatal.
- (E) Os impostos são tributos vinculados a uma atividade estatal específica.

QUESTÃO 28

É corrente que, desde que previsto em lei, a Obrigação Tributária pode ser constituída diretamente em relação a um terceiro que não o contribuinte, o que se observa nos casos de

- (A) Substituição Tributária.
- (B) Sucessão Tributária.
- (C) Transferência Tributária.
- (D) Subsidiariedade Tributária.
- (E) Imputação Tributária.

QUESTÃO 29

Relativamente ao IPTU, a legislação tributária do Município “X” previa a isenção do referido tributo aos imóveis de propriedade de sindicatos. Todavia, em 30 de dezembro de 2015, foi publicada uma lei que revogou a isenção concedida aos sindicatos. Assim, o Sindicato “Y” recebeu, em 05 de janeiro de 2016, o carnê de IPTU de sua sede. Diante do caso relatado, tem-se que

- (A) tal lançamento do IPTU está correto, tendo em vista que o município possui plena competência tributária tanto para conceder como para revogar isenções.
- (B) o lançamento do IPTU é inconstitucional, haja vista a inobservância da anterioridade nonagesimal, uma vez que o IPTU somente poderá ser cobrado após noventa dias contados da publicação da lei que revogou a isenção.
- (C) subsiste inconstitucionalidade no lançamento tributário, pois os sindicatos são imunes a impostos, pouco importando, assim, a legislação municipal alusiva à isenção.
- (D) subsiste inconstitucionalidade do lançamento tributário em razão de o IPTU não ser de competência municipal.
- (E) há inconstitucionalidade no lançamento tributário em razão de não ser observada a Lei Complementar de regência do IPTU, editada pela União para uniformizar a cobrança de tal imposto no país.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Permitir que auditores fiscais adentrem ao estabelecimento comercial e procedam à verificação de livros fiscais consiste-se em uma obrigação acessória.
- (B) Uma das acepções do vocábulo fato gerador é a de que ele se consiste em uma descrição abstrata feita pela lei que prevê uma situação de direito ou fato que fará surgir a obrigação tributária.
- (C) O IPTU progressivo é uma exceção à regra de que não podem existir tributos de natureza penal.

- (D) Os tributos, em regra, devem ser criados por lei ordinária, assim como acontece com as normas gerais em matéria de legislação tributária.
- (E) O Código Tributário Nacional foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 naquilo que com esta não confronta.

QUESTÃO 31

De acordo com as disposições insculpidas pelos dispositivos constitucionais, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Nesse sentido e relativamente à obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto, a Constituição Federal determina que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os

- (A) maiores de dezesseis anos.
- (B) maiores de dezoito anos.
- (C) maiores de vinte e um anos.
- (D) analfabetos.
- (E) maiores de setenta anos.

QUESTÃO 32

De acordo com a orientação constitucional, é correto afirmar que os Municípios

- (A) podem estabelecer cultos religiosos ou igrejas, exceto se for para subvencionar-lhes e participar do funcionamento, conformando uma aliança municipal.
- (B) não podem estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (C) devem deixar de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, desde que organizem seu funcionamento e mantenham com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.
- (D) devem promover distinções entre os brasileiros, deixando de criar preferências entre eles.
- (E) necessitam rechaçar fé aos documentos públicos.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal de 1988 dispõe que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Para tanto, é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, e, dentre tantos, observa os seguintes princípios:

- (A) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente,

inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

- (B) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, independente do tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (C) soberania nacional, propriedade privada, função individual da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (D) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, opressão ao consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (E) soberania nacional, propriedade privada, função antissocial da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

QUESTÃO 34

A instituição do Estado Democrático visa garantir

- (A) a liberdade, a igualdade e a limitação do acesso à justiça para conferir equidade nos controles processuais, promovendo o imediatismo na prestação jurisdicional.
- (B) uma sociedade fraterna e solidária, independente de preconceitos.
- (C) o bem-estar, a insegurança e a restrição da liberdade, como forma de assegurar a dignidade humana, pelo resguardo da integridade física dos indivíduos.
- (D) o desenvolvimento paulatino da região sul, para assegurar que a região norte logre suplantar os problemas derivados da escassez de água.
- (E) a liberdade, a igualdade e a justiça.

QUESTÃO 35

Relativamente ao domicílio, o vigente Código civil brasileiro determina que

- (A) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência sem ânimo definitivo.
- (B) quanto às relações concernentes à profissão o domicílio da pessoa natural nunca será lugar onde a profissão é exercida.
- (C) se a pessoa exercer profissão em lugares diversos apenas constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem o endereço da sede do empregador.
- (D) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, deverá escolher um deles para ser o domicílio para os atos nele praticados.
- (E) o domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, será o lugar onde for encontrada.

QUESTÃO 36

A existência da pessoa natural termina

- (A) com a morte, passível de presunção em relação aos ausentes, com observância aos casos em cuja abertura de sucessão definitiva é autorizada por lei.
- (B) com a morte, sempre que comprovada pelo atestado de óbito e pela presença física do morto.
- (C) com a morte excepcionalmente não presumida em relação aos ausentes e sem observância aos casos em cuja abertura de sucessão definitiva é autorizada por lei.
- (D) com a morte, que pode ser presumida exclusivamente para os casos de ausência de absolutamente capaz, e com observância aos casos em cuja abertura de sucessão definitiva é autorizada por lei.
- (E) com a morte jurídica, pela extinção da certidão de nascimento, por ato do detentor do pátrio poder e sem presunção de ausência.

QUESTÃO 37

Em relação aos direitos da personalidade, o vigente Código Civil brasileiro é categórico no sentido de que

- (A) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (B) os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, de acordo com a liberdade de exercício de manifestação voluntária.
- (C) os direitos da personalidade apenas poderão ser transferidos e renunciados por instrumento público.
- (D) o nome não integra o elenco dos chamados direitos da personalidade.

- (E) o nome da pessoa pode, livremente, ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público.

QUESTÃO 38

No tocante aos bens imóveis, o que a legislação civilista estabelece?

- (A) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- (B) Para os efeitos legais, também são reputados bens imóveis os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- (C) O direito à sucessão que ainda não foi aberta é reconhecido como bem imóvel.
- (D) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local perdem o caráter de imóveis.
- (E) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, perdem o atributo de imóveis.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta.

- (A) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- (B) Não existe impedimento para quem queira exercer a atividade de empresário.
- (C) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- (D) O impedimento para o exercício da empresa resulta da falta de registro na Junta Comercial.
- (E) O impedimento para o exercício da empresa deriva de elementos intrínsecos à condição de gênero.

QUESTÃO 40

Observadas as nuances relacionadas à conformação da Teoria da Empresa no âmbito do Direito brasileiro, tem-se, hoje, que empresa é

- (A) o estabelecimento onde o comerciante exerce, de maneira formal, a atividade econômica.
- (B) a firma registrada na Junta Comercial, representativa da figura jurídica do comerciante.
- (C) atividade econômica organizada para a circulação ou a produção de bens ou de serviços.
- (D) o resultado da composição do nome empresarial.
- (E) é o empresário propriamente dito.

QUESTÃO 41

De acordo com os preceitos estabelecidos pelo vigente Código Civil, em relação à sociedade em conta de participação, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade prevista pelo objeto social é desenvolvida exclusivamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- (B) O sócio oculto, que desenvolve a atividade econômica, responde pelas obrigações sociais com seu nome e patrimônio pessoal.
- (C) Esse tipo de sociedade possui apenas sócios em comandita.
- (D) O sócio oculto tem responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

QUESTÃO 42

Na sociedade limitada,

- (A) a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem ilimitadamente pela integralização do capital social.
- (B) apenas respondem ilimitadamente os sócios ocultos, cujas ações são oferecidas no mercado de valores mobiliários.
- (C) apenas respondem ilimitadamente os sócios que não integralizaram o capital social.
- (D) apenas respondem ilimitadamente os sócios que subscreveram o capital social.
- (E) nenhum sócio jamais responderá ilimitadamente, porque a sociedade é, por sua natureza, limitada, o que sempre limitará a responsabilidade dos sócios, desde a conformação do ato constitutivo.

QUESTÃO 43

Sobre o Princípio da Motivação, é lícito afirmar que ele

- (A) obriga o Estado a proporcionar aos seus agentes públicos condições para que estejam sempre motivados a atender o interesse público.
- (B) garante que o Poder Público exerça o controle sobre os próprios atos, podendo anular os ilegais e revogar os inconvenientes, sem a necessidade de buscar o Poder Judiciário
- (C) obriga que o administrador público obedeça à lei e ao Direito, o que inclui os princípios administrativos, sob pena de responder disciplinar, civil e criminalmente
- (D) determina que o administrador público deve expor os fundamentos de fato e de direito que embasaram sua decisão ou ato praticado.
- (E) decorre do próprio Estado de Direito e motiva à autoridade competente a se sentir obrigada a dar publicidade de seus atos.

QUESTÃO 44

O exercício do poder de polícia administrativa, por meio de sua modalidade repressiva, caracteriza-se através da

- (A) emissão de alvará de construção.
- (B) emissão de carteira de motorista.
- (C) autorização de uso de bem público.
- (D) expedição do alvará do corpo de bombeiros.
- (E) imposição de multa.

QUESTÃO 45

A Administração Pública obedecerá aos princípios de

- (A) legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, apenas.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ineficiência.
- (E) legalidade, impessoalidade, morosidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 46

De acordo com a Constituição federal, os atos de improbidade administrativa importarão

- (A) unicamente na suspensão dos direitos políticos e na perda da função pública.
- (B) somente na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, não respondendo o agente à ação penal.
- (C) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (E) a suspensão dos direitos políticos e a disponibilidade dos bens.

QUESTÃO 47

NÃO constitui crime contra à ordem tributária

- (A) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- (B) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- (C) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- (D) aplicar, ou aplicar em convergência com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (E) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

QUESTÃO 48

Relativamente aos crimes contra a Ordem Tributária, a pena de multa será fixada

- (A) entre dez e trezentos e sessenta dias-multa, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- (B) entre dez e trezentos e sessenta e seis dias-multa, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- (C) entre dez e trezentos e setenta dias-multa, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- (D) entre dez e trezentos e setenta e seis dias-multa, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- (E) na proporção do trintídio subsequente ao benefício obtido em decorrência do ilícito tributário.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O contribuinte que emite nota fiscal “calçada”, cuja primeira via apresenta um valor e as demais vias outro, com intuito de subfaturamento, incorre em crime contra ordem tributária.
- (B) É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes contra ordem tributária praticados por particulares, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente sonegador estiver incluída no Refis, desde que a inclusão no referido Programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal.

- (C) Extingue-se a punibilidade dos crimes contra ordem tributária praticados por particulares, quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal.
- (D) Considerando que nos crimes contra ordem tributária a autoria é de quem pratica a ação, no caso do ente sonegador tratar-se de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, todos os sócios respondem pela sonegação.
- (E) Não entregar a nota fiscal, quando obrigatório, no momento da venda da mercadoria, configura crime contra a ordem tributária.

QUESTÃO 50

Constitui crime funcional contra a ordem tributária

- (A) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- (B) omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- (C) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- (D) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- (E) exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.

